

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1 - MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A DAE S.A. - Água e Esgoto apresenta o Relatório da Administração, em conjunto com as Demonstrações Financeiras, Notas Explicativas e Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, para a apreciação dos seus acionistas.

Ao longo de 2023 a empresa pautou sua gestão de acordo com a Lei nº 11.445/07, no tocante à universalização do saneamento básico e ao Plano Municipal de Saneamento, visando atender às metas traçadas para o sistema de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto. Também desenvolveu ações que visam atender ao Plano de Governo da administração (2021-2024), bem como o Plano de médio e longo prazo aprovado pelo Conselho de Administração, investindo na ampliação da segurança hídrica na cidade.

O objetivo da gestão da empresa é atender, com excelência, às necessidades de saneamento básico do município. Estes resultados são fruto do apoio da Prefeitura Municipal de Jundiaí e, em especial, do comprometimento de seus colaboradores.

Com relação aos recursos, a empresa se mantém com receitas próprias, não onerando o orçamento de sua controladora, a Prefeitura Municipal de Jundiaí. Outra fonte de recursos são os financiamentos disponibilizados pelo Governo Federal para atender à área de saneamento.

2 - OPERAÇÕES DA EMPRESA

A DAE S.A. - Água e Esgoto tem a responsabilidade do abastecimento de água e coleta e afastamento de esgoto no município de Jundiaí. A principal operação de tratamento de esgoto fica a cargo da concessionária Companhia Saneamento de Jundiaí - CSJ, Contrato 002/96, com validade até 30/04/2031, tendo a DAE S/A a responsabilidade da fiscalização, da administração da cobrança e do repasse dos valores a esta concessionária.

O rio Jundiaí Mirim, responsável por 95% do abastecimento de água do município, nasce na divisa de Jarinu (Córrego do Tanque) e Campo Limpo Paulista (Ribeirão do Perdão). Os outros 5% de água que abastecem Jundiaí são captados do Córrego Japi (ou Estiva) e Ribeirão Ermita (represa da Serra do Japi). Em épocas de estiagem é feita a reversão do rio Atibaia para o rio Jundiaí Mirim. Para isso, a DAE S/A conta com outorgas regularizadas no DAE (Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo), por meio da Portaria DAE nº 572 de 21/02/2017, com prazo de dez anos, podendo ser renovadas.

A represa de Acumulação da DAE S/A possui capacidade máxima de armazenamento de 9,3 milhões de metros cúbicos de água. Além desta represa, a DAE S/A possui a represa de Captação, com capacidade de 500 mil m³ de água, a Represa do Moisés, com capacidade de 5,5 mil m³ de água, e a represa da Serra do Japi, com capacidade de 2 mil m³ de água.

Além da reservação de água bruta, a DAE S/A possui 58 reservatórios de água tratada com capacidade para armazenar um total de 81,3 mil m³ de água. Estão em construção mais dois reservatórios de água tratada, sendo um no bairro Ivoturucaia, com previsão de término da obra no primeiro semestre de 2024, e outro no Jardim do Lago, com previsão de término da obra no segundo semestre de 2024. Após a conclusão destes reservatórios, a capacidade total de armazenamento de água tratada será de 85,8 mil m³.

Para tratamento de água, a empresa conta com três estações: a Estação de Tratamento de Água do Anhangabá - ETA-A (com capacidade de tratamento de 2.400 litros por segundo), a ETA Eloy Chaves - ETA-EC (com capacidade de tratamento de 50 litros por segundo) e o Poço Pacaembu (com capacidade de tratamento de 6 litros por segundo). Essas estações são responsáveis, respectivamente, por 97,33%, 2,43% e 0,24% do volume tratado na cidade.

Estas três unidades - ETA Anhangabá, ETA Eloy Chaves e Poço Pacaembu - estão enquadradas dentro da Portaria MS nº 888, de 04 de maio de 2021, que rege os parâmetros de potabilidade para a distribuição da água para consumo humano. A população atendida com abastecimento de água tratada é de 99,65% do total do município, tanto urbana quanto rural. A população atendida com rede coletora de esgoto é de 98,81% do total do município (urbana e rural). Desde o final dos anos 1990, a totalidade do esgoto coletado no município é tratado. Durante o ano de 2023, a DAE S/A aumentou suas redes de água em 31,3 Km. As redes de esgoto foram ampliadas em 44,3 Km.

Neste mesmo período, o índice de perdas na distribuição de água tratada foi de 33,4%, pouco acima ao de 2022 (que foi de 31,9%), sendo que a média nacional divulgada (SNIS 2021) de 40,25%. Este aumento pode ser justificado, em grande parte, pelos vazamentos provocados por implantações de infraestruturas de outras concessionárias, que impactaram de forma expressiva as redes da DAE. A meta do Plano de Saneamento para 2022 a 2024 é atingir 30%. Para isso, a DAE S/A vem desenvolvendo ações como a troca de hidrômetros, pesquisa acústica de vazamentos não visíveis e implantação de setorização com macromedicação e zonas de pressão.

O número de ligações de água ativas ao final do exercício de 2023 era de 112.365. Em 2019 se iniciaram as obras de ampliação do sistema de preservação e proteção ambiental das represas de abastecimento do município (represas de Acumulação e Captação), espaço que abriga atividades voltadas à educação ambiental e ao lazer das crianças, em especial, e da população em geral. Desta forma, ampliou-se a área do Parque da Cidade e foi criado o "Mundo das Crianças", uma das iniciativas que fazem Jundiaí ser reconhecida como a "Cidade das Crianças". O município é o primeiro do Estado a integrar a Rede Latino-Americana - Projeto Cidade das Crianças, e o segundo no país, logo após Boa Vista, em Roraima, assumindo o compromisso de viabilizar ações em torno da participação das crianças e das perspectivas infantis. Na primeira fase, o Mundo das Crianças conta com 170 mil metros quadrados. Em outra fase futura, estão previstas intervenções em outros 330 mil metros quadrados de área, com matas e lagoas, o que totalizará ao espaço 500 mil metros quadrados. Até o ano de 2023 foram investidos R\$ 31.633 mil nas obras. A visita ao

Mundo das Crianças é gratuita; de terça a sexta-feira, a entrada é livre, mas aos finais de semana, feriados e emendas de feriados é necessário agendamento prévio pelo site www.mundodascriancajundiai.com.br. Em 2023, o Parque da Cidade e o Mundo das Crianças receberam, juntos, 1,5 milhão de visitas.

Desde agosto de 2016, a DAE S/A optou pela compra de energia elétrica para a Estação de Recalque do Jundiaí Mirim, por meio do sistema de Mercado Livre. Em agosto de 2023 a DAE S/A fez a opção também para a captação de água bruta no rio Atibaia, que fica na cidade de Itatiba. Em comparação à compra de energia elétrica no mercado cativo, para estes dois pontos com opção de compra de energia elétrica pelo Mercado Livre, a DAE S/A obteve redução de R\$ 3.992 mil no ano de 2023. Os benefícios financeiros com a redução da despesa com energia elétrica desde a opção, em agosto de 2016, chegam a quase R\$ 25.000 mil. Em 2023, a empresa participou de eventos como o Congresso Nacional de Saneamento da Assemac (Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento), em Poços de Caldas (MG), e o 6º Conexidades, em Jundiaí, além de iniciativas internacionais, entre as quais o Infraleaders - Programa Internacional de Líderes da Infraestrutura, em Londres, e o Programa Internacional de Imersão no Âmbito do Marco Regulatório do Saneamento Básico, em Lisboa.

Além disso, neste ano, a DAE conquistou, em sua primeira avaliação por uma agência classificadora de risco de crédito, a Austin Rating, a nota "brAA". A DAE S/A publicou em 2023 o Relatório de Sustentabilidade relativo ao ano de 2022. O documento apresenta os resultados operacionais, socioambientais e financeiros obtidos pela empresa neste período. O objetivo é desenvolver uma estratégia de administração com foco no futuro, identificando riscos e apontando oportunidades, por isso, são apresentadas as ações de inovação, tecnologia e cuidados com meio ambiente adotadas pela empresa. O documento está disponível no site www.daejundiai.com.br.

A DAE S/A formalizou em 2023, a criação do Comitê de ESG ("Environmental, Social and Governance" - sustentabilidade ambiental, social e de governança corporativa), que tem a responsabilidade de adoção dos princípios. Além disso, assinou sua adesão ao Pacto Global da ONU, maior iniciativa de sustentabilidade corporativa do mundo atualmente. Projetos como o Águas de Jundiaí, que promove visitas monitoradas às estações de tratamento de água e de esgoto, e o Desafio do Consumo Consciente, que chegou a quatro mil alunos da rede municipal de ensino, disseminando a importância do uso racional da água, contribuíram para reforçar o papel da DAE na educação ambiental.

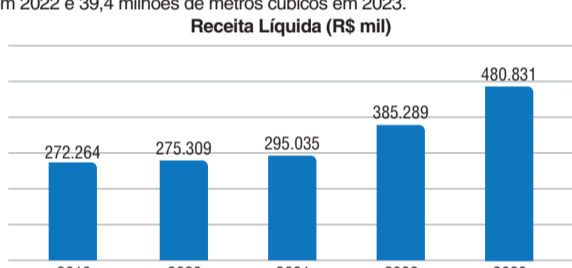
A empresa também inaugurou em 2023 o novo Posto de Atendimento do Centro, mais moderno e com área para crianças, utilizando a identidade visual do projeto "Pé da Infância", da Prefeitura de Jundiaí. A unidade é um dos cinco Postos da DAE, hoje localizados na Vila Hortolândia, Eloy Chaves, Ponte São João e Poupatempo.

Para facilitar ainda mais, a DAE criou o WhatsApp. Pelo número (11) 94161-1700, os clientes que estão com o cadastro em dia são atendidos pela assistente virtual da empresa, a Daiane (ou "Dai"), que indica os serviços possíveis de serem realizados pelo canal - consulta de débitos, registro de reclamações de falta de água e código de barras para pagamento da fatura.

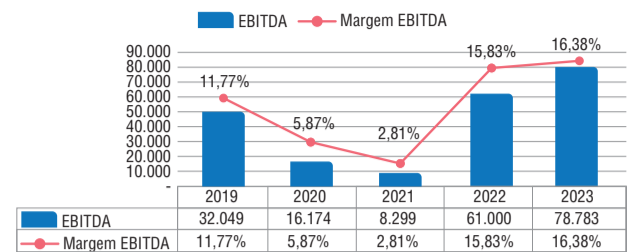
3 - DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Foi apresentado um lucro de R\$ 66.354 mil no exercício de 2023. Em 2022, a DAE S/A havia apresentado lucro de R\$ 63.077 mil, sendo deste resultado R\$ 22.995 mil referentes ao indébito tributário gerado pelo êxito no processo de pedido de Imunidade Tributária para Imposto de Renda, além da atualização monetária de R\$ 13.600 mil sobre este indébito. Contribuíram para o aumento do resultado da empresa o reajuste de tarifas aplicado no final de 2022 (19,39%) por meio da Resolução ARES-PCJ nº 452 DE 13/10/2022, a negociação para redução nos percentuais de aplicação de reajustes em contratos vigentes com a companhia, bem como a redução de custos como com energia elétrica e o aumento de R\$ 14.543 mil nas receitas auferidas por doações de redes de água e esgoto, construídas por empreiteiras com empreendimentos no município de Jundiaí.

A Receita Operacional Líquida da DAE S/A apresentou aumento de 25%, impulsionada pelo reajuste de tarifas citado acima. Houve leve redução no volume faturado de 1%, sendo faturados 39,8 milhões de metros cúbicos em 2022 e 39,4 milhões de metros cúbicos em 2023.



Para o exercício de 2023, o EBITDA da empresa foi de R\$ 78.783 mil (16,4% da ROL), um aumento em relação à 2022, quando o EBITDA foi de R\$ 61.000 mil (15,8% da ROL) - lembrando que em 2022 houve o registro do indébito, já citado anteriormente. Os motivos para este aumento foram citados anteriormente como responsáveis pelo aumento também do lucro da companhia.



Em novembro de 2023 a DAE S/A aplicou reajuste de 4,78% para as tarifas de água e esgoto, e 4,61% para os demais serviços praticados. O reajuste foi aplicado conforme a Resolução ARES-PCJ nº 521 de 10/10/2023.

4 - PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA

Em 2023 houve mudança na participação de acionistas minoritários dentro da composição acionária da empresa. O quadro societário ao final de 2023 apresentou-se conforme tabela abaixo. Não houve alteração até a elaboração deste relatório em 2024.

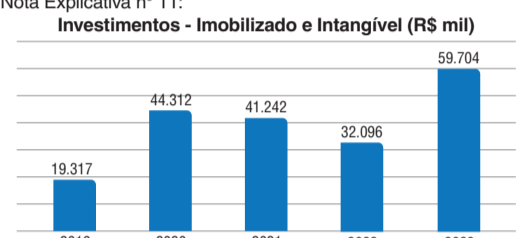
Acionistas/Tipo de ações	Quantidade
Prefeitura do Município de Jundiaí - Ordinárias	156.546.658
Prefeitura do Município de Jundiaí - Preferenciais	126.777.267
Acionistas Minoritários - Preferenciais	100
Total	283.324.025

5 - RECURSOS HUMANOS

Quadro de Colaboradores	Quantidade
Funcionários DAE S/A	447
Funcionários PMJ - Quadro Especial	106
Estagiários	85
Total	638

6 - INVESTIMENTOS

A evolução de investimentos da DAE S/A está apresentada no gráfico abaixo e os detalhes constam na Nota Explicativa nº 11:



Os investimentos realizados no ano de 2023 tiveram como fonte recursos próprios e financiamentos obtidos em exercícios anteriores. Visando à universalização do saneamento na cidade de Jundiaí, foram executadas obras como os novos reservatórios de água tratada no Ivoturucaia e Jardim do Lago, ainda em andamento, e do Anhangabá (ETA-A), que está em fase de testes, a nova adutora do Votoroeste, extensão de redes de água nos bairros Champirra e Mato Dentro, remanejamentos de redes de água na Vila Nova Espérta e Centro, as extensões de redes de esgoto nos bairros Terra Nova, Castanho, Viverdas e São Jorge, melhorias na Estação de Tratamento de Água do Anhangabá e a modernização do sistema de acionamento das bombas da Estação Elevatória de Água Bruta do Jundiaí Mirim. Também teve continuidade neste exercício a ampliação do Mundo das Crianças, já citada anteriormente. Além destas obras, foram realizados extensões e reforços em redes de distribuição de água e em redes coletoras de esgoto em diversos pontos da cidade, bem como melhorias no sistema de tratamento de água, setorização e instalações de macromedidores em redes de água para combater a perdas. Os detalhes sobre os contratos de financiamentos constam na Nota Explicativa nº 13.

7 - EXPECTATIVAS PARA 2024

Após um ano de bons resultados, a companhia pretende, além de manter a qualidade dos serviços oferecidos, aumentar o volume aplicado em obras de extensão e melhorias no município. Os recursos das receitas devem ser suficientes para suprir estes investimentos e melhorar o atendimento, com a operação das unidades de manutenção descentralizadas, em funcionamento em quatro pontos da cidade e na sede da companhia.

8 - AGRADECIMENTOS

Novamente a Administração da DAE S.A. - Água e Esgoto aproveita a oportunidade para agradecer o empenho de seus colaboradores, o apoio do seu acionista controlador, a Prefeitura Municipal de Jundiaí, e a confiança dos clientes em nossa prestação de serviços. Em 2024 a empresa continuará se esforçando para atender com excelência a população do município de Jundiaí, ampliando o acesso às redes de água e esgoto, tendo como premissa a preocupação com o meio ambiente, e mantendo o posto de referência nacional em saneamento.

DAE S.A. - ÁGUA E ESGOTO

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2023	2022	Passivos	Nota	2023	2022
			Reapresentado				Reapresentado
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	69.006	13.981	Empréstimos e financiamentos	13	4.212	4.538
Investimentos financeiros	6	128	48	Fornecedores	14	7.031	7.922
Contas a receber de clientes	7	82.667	69.572	Concessionária de tratamento de esgoto	15	15.987	13.304
Estoques	8	22.761	15.689	Cauções de fornecedores		128	48
Impostos e contribuições a recuperar	9	10.010	15.019	Obrigações fiscais	16	3.813	5.954
Outras contas a receber		653	771	Obrigações trabalhistas e encargos sociais	17	12.628	10.271
Despesas diferidas		351	306	Receitas antecipadas	20	324	324
Total do ativo circulante		185.576	115.386	Outras obrigações	23	4.221	4.015
Não circulante				Total do passivo circulante		48.344	46.376
Realizável a longo prazo				Não circulante			
Contas a receber de clientes	7	2.416	2.944	Empréstimos e financiamentos	13	57.528	37.649
Impostos e contribuições a recuperar	9	791	12.873	Obrigações fiscais a longo prazo	16	-	55
Ativo fiscal diferido	10	3.278	2.379	Adiantamento de clientes Projeto CERJU	19	1.135	1.699
Depósitos judiciais	22	2.744	2.647	Recursos de terceiros para investimentos	21	8.602	8.526
Outras contas a receber		948	849	Provisões para processos judiciais	22	33.855	17.675
Total realizável a longo prazo		10.177	21.692	Provisões para benefícios a empregados	18	9.702	6.688
Investimentos		32	32	Contas a pagar a partes relacionadas	24	4.005	3.553
Imobilizado	11	378.349	332.246	Receitas antecipadas a longo prazo	20	961	1.285
Intangível	12	199	246	Total do passivo não circulante		115.788	77.128
Total do ativo não circulante		388.757	354.216	Patrimônio líquido			
Total dos ativos		574.333	469.602	Capital social	25	283.324	283.324
				Reservas de lucros	25	129.126	62.772
				Outros resultados abrangentes		(2.249)	-
				Total do patrimônio líquido		410.201	346.096
				Total dos passivos e do patrimônio líquido		574.333	469.602

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DAE S.A. - ÁGUA E ESGOTO

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucro a destinar	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	283.324	4.242	1.539	-	-	289.105
Lucro líquido no exercício	-	-	-	-	63.077	63.077
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-	-	(6.086)	(6.086)
Constituição de reserva legal	-	3.154	-	-	(3.154)	-
Transferência para reserva de lucros	-	-	53.837	-	(53.837)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022 (Reapresentado)	283.324	7.396	55.376	-	-	346.096
Lucro líquido no exercício	-	-	-	-	66.354	66.354
Ganhos e perdas atuariais	-	-	-	(2.249)	-	(2.249)
Constituição de reserva legal	-	3.318	-	-	(3.318)	-
Transferência para reserva de lucros	-	-	63.036	-	(63.036)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	283.324	10.714	118.412	(2.249)	-	410.201

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DAE S.A. - ÁGUA E ESGOTO

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	2023	2022		2023	2022
1 Receitas	516.757	428.662	5 Valor adicionado líquido (3-4)	208.130	171.846
Receita bruta e outras receitas	520.807	430.183	6 Valor adicionado recebido em transferência	12.493	21.511
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.050)	(1.521)	Receitas financeiras	12.493	21.511
2 Insumos adquiridos de terceiros	(295.477)	(244.544)	7 Valor adicionado total a distribuir (5+6)	220.623	193.357
Custo dos serviços prestados	(49.625)	(27.635)	8 Distribuição do valor adicionado	(220.623)	(193.357)
Energia, serviços de terceiros e outros	(116.861)	(106.871)	Pessoal e encargos	(120.390)	(104.946)
Custo de tratamento de esgoto (Concessionária)	(128.991)	(110.038)	Impostos, taxas e contribuições	(27.625)	(19.827)
3 Valor adicionado bruto (1-2)	221.280	184.118	Juros, despesas financeiras e alugueis	(6.254)	(5.507)
4 Retenções	(13.150)	(12.272)	Lucros ou prejuízos retidos	(66.354)	(63.077)
Depreciação e amortização	(13.150)	(12.272)			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DAE S.A. - ÁGUA E ESGOTO
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
			Reapresentado
Receita operacional líquida	26	480.832	385.289
Custo dos serviços prestados	27	(303.722)	(262.254)
Lucro operacional bruto		177.110	123.035
Despesas operacionais			
Administrativas e comerciais	28	(132.048)	(104.175)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	29	20.571	29.867
		(111.477)	(74.308)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		65.633	48.72

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS *(Em milhares de Reais)*
1. CONTEXTO OPERACIONAL
Atividades operacionais

A Companhia foi constituída em 21 de dezembro de 1999, com base na Lei Municipal nº 5.307 de 5 de outubro de 1999. Em 27 de julho de 2000, tendo sido vertido o montante de R\$ 170.516, relativo a parte do acervo líquido apurado com base em laudo de avaliação na data-base de 31 de dezembro de 1999, da autarquia Departamento de Águas e Esgoto - DAE, da Prefeitura do Município Jundiá. A atividade operacional da Companhia teve início em 01 de janeiro de 2000.

A Companhia tem por objetivo:

- Estudar, projetar e executar, diretamente ou mediante contrato com organizações especializadas, as obras relativas a construção, ampliação e remodelação dos sistemas públicos de abastecimento de água e esgotos do Município de Jundiá;
- Operar, manter, conservar e explorar diretamente os serviços de água e, direta ou indiretamente, os serviços de esgotos sanitários do Município de Jundiá;
- Exercer quaisquer outras atividades relacionadas com os sistemas de água e esgotos, compatíveis com as leis gerais e especiais do Município de Jundiá;
- Promover e realizar todas as atividades correlatas e complementares de sua atividade específica; e
- Participar de outras sociedades que realizem os mesmos serviços em outros municípios ou Estados, na qualidade de acionista ou quotista, visando ampliar sua área de atuação e podendo, também, participar de licitação, inclusive em consórcio com outras empresas, para contratação como concessionária destes serviços.

As atividades da DAE S/A são reguladas pela ARES-PCJ - Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá.

2. BASE DE PREPARAÇÃO
a. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), conforme pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pelos Administradores da Companhia em 11 de abril de 2024.

b. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, os ativos financeiros mensurados ao valor justo e determinadas classes de ativos e passivos circulantes e não circulantes.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

e. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre incertezas relacionadas às premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 7 - Contas a receber e provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- Nota explicativa 10 - Ativo fiscal diferido;

- Nota explicativa 18 - Provisões para benefícios a empregados; e
- Nota explicativa 22 - Provisões para processos judiciais.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

a. Instrumentos financeiros
a.1 Ativos e passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros, são reconhecidos inicialmente na data da negociação, na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legalmente executável de compensar os valores e tem a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

a.2 Ativos financeiros não derivativos - mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. *Empréstimos e recebíveis*

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. Os empréstimos e recebíveis abrangem clientes e outros créditos, incluindo os recebíveis oriundos de acordos de concessão de serviços.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos em caixa, depósitos bancários à vista em contas correntes e aplicações financeiras de curto prazo, resgatáveis no prazo de até 90 dias da data do balanço, ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos apurados até a data do balanço, que não excede o valor de mercado.

c. Contas a receber de clientes

As contas a receber dos usuários dos serviços de fornecimento de água e saneamento são avaliadas pelo valor da tarifa na data da prestação do serviço e incluem, também, créditos por serviços prestados e não faturados até a data do balanço, valores a receber de uso da rede.

Quando aplicável, as contas a receber de clientes são ajustadas ao valor presente, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

O cálculo do valor presente, quando cabível, é efetuado para cada transação com base numa taxa de juros que reflète o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente das contas a receber é a receita bruta, no resultado do exercício. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do faturamento é considerada receita financeira, apropriada com base nos métodos do custo amortizado e da taxa de juros efetiva ao longo do prazo de vencimento da transação.

d. Imobilizado
d.1 Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui o custo de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Os custos de itens registrados no ativo imobilizado incluem todos aqueles que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou formação do ativo. Os custos de ativos construídos pela própria Companhia incluem o custo de materiais e de salários de funcionários diretamente envolvidos nos projetos de construção ou formação desses ativos. Inclui também quaisquer outros custos diretamente atribuíveis ao ativo até que o mesmo esteja em condições de ser utilizado para seus fins previstos pela Companhia, que incluem custos de desmobilização de itens do ativo e de restauração de *sites* nos quais estes ativos estejam instalados, e custos de empréstimos em ativos qualificáveis.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

d.2 Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

d.3 Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens.

A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As taxas anuais de depreciação estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

	2023	2022
Construções civis e benfeitorias	2%	2%
Sistema de abastecimento de água e esgoto	2 a 4%	2 a 4%
Máquinas e equipamentos	8 a 10%	8 a 10%
Móveis e utensílios	8 a 10%	8 a 10%
Equipamento de informática	33%	33%
Veículos de passeio e carga	10 a 20%	10 a 20%
Veículos especiais	10 a 25%	10 a 25%
Tratores	25%	25%
Motocicletas	20%	20%
Softwares	20%	20%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

e. Ativos intangíveis
Ativos intangíveis com direitos de uso

As licenças de programas de computador ("*softwares*") de sistemas de gestão empresarial e servidões de passagem adquiridas são mensuradas pelo seu valor de custo. Os gastos com aquisição e implementação de softwares são capitalizados como ativo intangível quando é provável que os benefícios econômicos futuros por ele gerados sejam superiores ao seu respectivo custo, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica.

Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao quais se relacionam. Todos os outros gastos, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

A taxa anual de amortização estimada dos ativos intangíveis para o exercício corrente e comparativo é:

	2023	2022
Sistemas de informação	20%	20%

f. Redução ao valor recuperável (*impairment*)
Ativos financeiros não derivativos (incluindo recebíveis)

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são avaliados em cada data do balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições que consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A provisão para redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes é constituída tendo por base critério adotado pela Administração para constituição de perdas, que geralmente representam os créditos vencidos há mais de 60 dias, considerados pela Administração como de improvável recuperação.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida por meio do resultado.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

g. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou construtiva como resultado de um evento passado que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

h. Seguros

A administração da Companhia entende que os riscos estão gerenciados de modo satisfatório não demandando nenhuma ação adicional. Desta forma, entendendo que o patrimônio e a operação estejam protegidos, não foi efetuada cobertura de seguros de relevância, como empresarial e de veículos.

Para os casos em que há a necessidade de contratação de seguro, como por exemplo aluguel de imóveis e equipamentos, as despesas são apropriadas conforme a vigência do contrato, exceto para parcelas com valores imateriais que são contabilizados diretamente na despesa.

i. Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus funcionários assistência médica pós-aposentadoria. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e mudanças das premissas atuariais são debitados ou creditados ao patrimônio líquido, em outros componentes do resultado abrangente.

Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários qualificados e independentes. Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

j. Imposto de renda e contribuição social

Desde 07 de dezembro de 2021, a DAE recebeu imunidade tributária através de decisão judicial e ficou desobrigada de apurar, provisionar e recolher imposto de renda. A Contribuição Social do exercício corrente é calculada com base na alíquota de 9% sobre o lucro líquido, e considera a compensação de base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável do exercício.

As despesas com contribuição social compreendem as contribuições correntes e diferidas. A contribuição social e diferida são reconhecidas no resultado a menos que estejam relacionadas a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

j.1 Despesas de contribuição social corrente

A despesa de contribuição corrente é o valor a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste ao valor a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflète as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

j.2 Despesas de contribuição social diferida

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de balanço.

k. Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como receitas diferidas no passivo pelo seu valor justo, quando existe razoável segurança de que elas serão recebidas e que a Companhia irá cumprir as condições associadas com a subvenção e são posteriormente reconhecidas no resultado como outras receitas, em uma base sistemática no período de vida útil do ativo.

As subvenções recebidas pela Companhia possuem em contrato cláusulas de obrigação de execução da obra que se referem, sendo registradas como obrigações e após o aceite da obra será reconhecida em resultado.

l. Receita operacional

As receitas da prestação de serviços de fornecimento de água e saneamento são reconhecidas por ocasião do consumo de água ou por ocasião da prestação de serviços. As receitas, incluindo receitas não faturadas, são reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas de impostos e taxas incidentes sobre a mesma, abatimentos e descontos. As receitas ainda não faturadas representam receitas incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período e são reconhecidas como contas a receber de clientes com base em estimativas mensais dos serviços completados. Para os serviços prestados à Prefeitura Municipal de Jundiá, a Companhia não constitui receita devido ao artigo 1º da Lei Municipal 2.062 de 1974, o qual estabelece que são isentas as unidades prediais que se destinem ao cumprimento das obrigações estatutárias.

m. Informações por segmento

Considerando a natureza da área de atuação da Companhia ser de serviço público essencial e as decisões de investimentos estarem ligadas a responsabilidades de ordem social e ambiental, foram definidos como unidade geradora de caixa os serviços públicos de água e esgoto, que apresentou margem bruta positiva. O fator principal que faz com que o controle gerencial da Companhia seja o conjunto das atividades de água e de esgoto é a existência de subsídio cruzado na prestação de serviços de fornecimento de água, coleta, afastamento e tratamento de esgoto. A Companhia não administra os resultados operacionais de água e esgoto separadamente e não tem informação financeira individualizada disponível.

n. Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras da Companhia compreendem principalmente juros sobre investimentos realizados pela Companhia (incluindo aplicações financeiras), ajustes ao valor presente de ativos financeiros, alterações no valor justo de ativos financeiros avaliados a valor justo através do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método do custo efetivo.

Despesas financeiras compreendem principalmente despesas com juros e atualizações monetárias de financiamentos, alterações no valor justo de ativos financeiros ao valor justo através do resultado, perdas por ajuste ao valor recuperável de ativos financeiros ("*impairment*"). Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

o. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

p. Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado DVA nos termos do CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado e em caráter de informação adicional.

4. RECLASSIFICAÇÃO E REAPRESENTAÇÃO DE SALDOS COMPARATIVOS

O valor do custo com taxa de regulação da agência reguladora no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi reclassificado para melhor comparabilidade com o exercício atual. A reclassificação do valor de R\$ 738 ocorreu entre Despesas e Custos.

Ajustes de exercícios anteriores - benefícios pós-emprego

No exercício de 2023 a Companhia apurou um déficit atuarial referente benefício pós-emprego de assistência médica (Nota explicativa nº 18). Esses lançamentos foram apontados como ajustes de exercícios anteriores em função de sua natureza. Por não se tratar de valor relevante e de acordo com o CPC 26 (R1) 40A(b), não foi demonstrado o saldo inicial do período anterior reapresentado.

A tabela a seguir resume os impactos nas demonstrações contábeis da Companhia:

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022	Impactos dos ajustes de exercícios anteriores		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
<i>Em milhares de Reais</i>			
Ativo fiscal diferido	1.777	602	2.379
Outros	467.223	–	467.223
Total de ativos	469.000	602	469.602
Provisões para benefícios a empregados	–	(6.688)	(6.688)
Outros	(116.817)	–	(116.817)
Total de passivos	(116.817)	(6.688)	(123.505)
Reserva de lucros a destinar	(68.858)	6.086	(62.772)

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022	Impactos dos ajustes de exercícios anteriores		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
<i>Em milhares de Reais</i>			
Outros	(283.324)	–	(283.324)
Total do Patrimônio Líquido	(352.182)	6.086	(346.096)

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022	Impactos dos ajustes de exercícios anteriores		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
<i>Em milhares de Reais</i>			
Receita operacional líquida e outros	429.506	–	429.506
Custo dos serviços prestados	(261.516)	(738)	(262.254)
Administrativas e comerciais	(104.913)	738	(104.175)
Lucro líquido	63.077	–	63.077

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2023	2022
Bancos	2.888	2.734
Aplicações financeiras	66.118	11.247
	69.006	13.981

As aplicações financeiras referem-se a fundos de investimento e certificados de depósito bancário, remunerados pela variação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário CDI, resgatáveis no prazo de até 90 dias da data do balanço. Há também aplicações financeiras de longo prazo no montante de R\$ 62, no entanto classificadas no curto prazo por terem características de curto prazo, inclusive resgates mensais.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros estão divulgadas na nota explicativa 32.

6. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

	2023	2022
Cauções de fornecedores	128	48
	128	48

As aplicações financeiras correspondem a valores de garantia de prestação de serviços e entrega de materiais contratados com fornecedores através de processos licitatórios, conforme Regulamento Interno de Compras e a Lei nº 13.303/2016.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros estão divulgadas na nota explicativa 32.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Circulante	2023	2022
Contas a receber de clientes	86.088	74.750
Renegociação de contas a receber	12.748	11.647
Provisão por ajuste de competência	25.100	18.251
(–) Contas a receber de clientes em perdas	(28.559)	(26.416)
(–) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(12.710)	(8.660)
Contas a receber de clientes - circulante	82.667	69.572
Não circulante		
Renegociação de contas a receber	2.416	2.944
Contas a receber de clientes - não circulante	2.416	2.944
Total das contas a receber incluindo perdas e provisão para perdas	85.083	72.516

O quadro a seguir resume os saldos a receber por vencimentos, exceto provisões e perdas com clientes:

	2023	2022
Créditos a vencer	68.991	59.425
Créditos em atraso até 2 meses	9.910	7.987
Créditos em atraso acima de 2 meses até 4 meses	3.810	2.206
Créditos em atraso acima de 4 meses até 6 meses	2.044	1.160
Créditos em atraso acima de 6 meses até 8 meses	1.893	1.011
Créditos em atraso acima de 8 meses até 10 meses	1.287	850
Créditos em atraso acima de 10 meses	38.417	34.953
	126.352	107.592

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e baixas para perdas estão demonstradas a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	(35.076)
---------------------------------	----------

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de Reais)

* continuação

financiamento nº 505.671-20/2018; **f)** Construção de reservatórios, no montante de R\$ 5.004, sendo parte dos recursos do contrato de financiamento nº 520.300-47/20; **g)** Construção de boosters e painel de média tensão, no valor de R\$ 3.360; **h)** Implantação do Mundo das Crianças, R\$ 2.498 em 2023.

12. INTANGÍVEL

a. Composição

	Custo de aquisição	Amortização acumulada	Líquido	
			2023	2022
Softwares	3.171	(3.162)	9	56
Servidões de passagem	190	-	190	190
	3.361	(3.162)	199	246

b. Movimentação do custo

	Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final
Softwares	3.171	-	-	3.171
Servidões de passagem	190	-	-	190
	3.361	-	-	3.361

c. Movimentação da amortização acumulada

	Saldo inicial	Amortização	Baixas	Saldo final
Softwares	3.115	47	-	3.162
	3.115	47	-	3.162

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Instituição	Taxa de Juros a.a.	Ano de Vencimento	Passivo circulante		Passivo não circulante	
			2023	2022	2023	2022
Caixa Econômica Federal - 426.313-90/14	6,00%	2036	1.051	1.013	11.601	12.064
Caixa Econômica Federal - 183.011-73/07	6,00%	2023	-	1.775	-	-
Caixa Econômica Federal - 505.666-57	6,00%	2042	523	272	8.703	4.729
Caixa Econômica Federal - 505.669-89	6,00%	2040	632	535	9.429	8.423
Caixa Econômica Federal - 505.671-20	6,00%	2037	1.161	852	13.535	10.655
Caixa Econômica Federal - 520.296-86	6,00%	2042	112	85	1.846	1.485
Caixa Econômica Federal - 520.299-17	6,00%	2042	67	1	1.139	197
Caixa Econômica Federal - 520.300-47	6,00%	2042	114	4	1.886	77
Caixa Econômica Federal - 520.301-52	6,00%	2042	552	1	9.389	19
			4.212	4.538	57.528	37.649

O cronograma aproximado de vencimento dos valores classificados no longo prazo é o seguinte:

Instituição	2025 a 2029	2030 a 2034	2035 a 2042
Caixa Econômica Federal - 426.313-90/14	4.834	4.834	1.933
Caixa Econômica Federal - 505.666-57	2.418	2.418	3.867
Caixa Econômica Federal - 505.669-89	2.947	2.947	3.535
Caixa Econômica Federal - 505.671-20	5.206	5.206	3.123
Caixa Econômica Federal - 520.296-86	513	513	820
Caixa Econômica Federal - 520.299-17	316	316	507
Caixa Econômica Federal - 520.300-47	524	524	838
Caixa Econômica Federal - 520.301-52	2.608	2.608	4.173
	19.366	19.366	18.796

Os financiamentos representam as fontes de recursos, obtidos junto às instituições financeiras oficiais, para obras de ampliação e melhoria dos sistemas de água e esgoto. Esses contratos de financiamentos foram captados junto à Caixa Econômica Federal, e possuem cláusula de vencimento antecipado/rescisão caso os itens em contrato não sejam cumpridos. São exemplos de itens que podem resultar em vencimento antecipado/rescisão: a. Inadimplimento de qualquer das obrigações estipuladas no contrato;

b. Modificação do projeto sem prévio aviso e expresse consentimento da Caixa Econômica Federal; e

c. Deixar de concluir a obra no prazo contratual.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia atendeu todas as cláusulas restritivas previstas nos contratos.

14. FORNECEDORES

Os valores apresentados em fornecedores representam os compromissos assumidos junto a terceiros pela aquisição de serviços e materiais para uso no ciclo operacional da Companhia bem como pela aquisição de Imobilizado/Intangível, cujo prazo de vencimento corresponde a 12 meses subsequentes ao exercício social encerrado. São reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado a partir do método da taxa efetiva de juros, quando aplicável.

	2023	2022
Despesas administrativas	2.555	1.945
Energia elétrica	588	561
Benefícios a funcionários	376	358
Serviços - operação	906	1.481
Investimento em ativo imobilizado	387	1.537
Compras para estoques	1.724	1.463
Outros	495	577
	7.031	7.922

15. CONCESSIONÁRIA DE TRATAMENTO DE ESGOTO

Refere-se ao montante devido à Companhia Saneamento de Jundiá a título de repasse de 95% dos valores medidos pela Companhia de acordo com a tarifa referencial de serviço, relativo ao tratamento de esgoto no Município de Jundiá. O contrato tem prazo de validade até 30 de abril de 2031 e dentre os principais obrigações estão: a) Regular, orientar, coordenar e supervisionar sob aspecto técnico, operacional, contábil e legal, a execução das obras e serviços da Concessão, podendo contar para o melhor exercício destas atividades com a colaboração dos usuários; b) Exercer a fiscalização e acompanhar os serviços de controle de qualidade e da execução das obras e serviços, organizados e operados pelo Concessionário, de modo que o sistema se mantenha sempre adequado aos interesses das partes e dos usuários; e c) Conhecer e acompanhar o desempenho do Concessionário através de auditagens, inspeções, relatórios e balanços periódicos. O reajuste da tarifa referencial de serviço, previsto em contrato e revisado pela agência reguladora ARES-PCJ, foi de 5,67% em 2023.

	2023	2022
Companhia Saneamento de Jundiá - CSJ	15.987	13.304
	15.987	13.304

16. OBRIGAÇÕES FISCAIS

Os débitos de PIS e COFINS relativos às apurações dos meses de agosto, setembro e outubro de 2021 foram parcelados em 24 prestações mensais pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, através dos processos nº 13839-40494/2021 e 13839-40503/2021. Restava em 31 de dezembro de 2023 uma única parcela a pagar no montante de R\$ 60.

	2023	2022
PIS e COFINS (parcelamento)	60	2.486
COFINS	1.331	1.239
Retenções sobre serviços de terceiros	1.176	1.333
PIS	288	268
CSLL	938	628
	3.793	5.954
PIS e COFINS (parcelamento) - longo prazo	-	55
	-	55

17. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E ENCARGOS SOCIAIS

	2023	2022
Férias e encargos a pagar	8.910	7.249
INSS a recolher	1.576	1.323
IRRF sobre salários a recolher	1.320	1.027
FGTS a recolher	571	460
Outros	250	212
	12.627	10.271

18. PROVISÕES PARA BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia adota o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados para o benefício de pós-emprego de assistência médica. Para os funcionários aposentados que foram admitidos até abril de 2021 a Companhia oferece convênio médico vitalício.

Para fins de atendimento às determinações contidas no Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a DAE contratou uma empresa de consultoria atuarial que emitiu um relatório detalhado, suportando as informações incluídas nesta nota.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía registrado um passivo de provisão de assistência médica pós-aposentadoria no montante de R\$ 9.702 (R\$ 6.688 em 2022).

a) Resumo das obrigações

	2023	2022
Benefícios a empregados ativos	3.403	2.173
Benefícios a empregados inativos	6.299	4.515
	9.702	6.688

b) Movimentação do passivo Líquido

	2023	2022
Passivo atuarial no início do exercício	6.688	
Perda reconhecida em ORA	2.471	
Despesa reconhecida no resultado do exercício	543	
- Custo do serviço corrente	84	
- Juros sobre a obrigação atuarial	698	
- (-) Benefícios pagos no ano	(239)	
Passivo atuarial líquido no final do exercício	9.702	

c) Movimentação de Outros Resultados Abruçantes (ORA)

	2023
Perda por mudanças nas premissas financeiras	819
Perda por ajustes de experiência	1.652
Perda ao final do exercício	2.471

d) Projeção de custos para o exercício seguinte

	2024
Custo do serviço corrente	125
Custo líquido com juros	924
Total de despesa a ser reconhecida no exercício seguinte	1.049

e) Sensibilidade da taxa de desconto utilizada

Taxa	Total da Obrigação	Varição
Varição na taxa de desconto real -1%	1.420	4,49%
Varição na taxa de desconto real +1%	(1.151)	6,49%

f) Premissas atuariais

Taxa	2023	2022
Taxa esperada de inflação no longo prazo	4,00%	4,00%
Taxa nominal de desconto atuarial	9,71%	10,43%
Taxa nominal de crescimento dos custos médicos	6,08%	6,08%
Taxa real dos custos médicos por faixa etária	2,00%	2,00%
Probabilidade de permanência no plano após aposentadoria	100,00%	100,00%
Taxa de rotatividade	Nula	Nula
	H = 65/ M = 60 anos	H = 65/ M = 60 anos

Entrada em aposentadoria

19. ADIANTAMENTO DE CLIENTES - PROJETO CERJU

Refere-se ao valor devido às indústrias do Município de Jundiá, decorrente do contrato de participação no projeto CERJU - Comitê de Recuperação da Bacia do Rio Jundiá. O "Projeto CERJU" foi elaborado através de esforço integrado do Município de Jundiá, do Governo do Estado de São Paulo e da iniciativa privada local. As indústrias que participaram do projeto com investimentos, foi garantido um abatimento em suas contas futuras de água e esgoto igual à quantidade investida, através de descontos a serem concedidos nas contas de tarifas de serviços de água e esgoto pelo prazo de 10 anos, a partir de outubro de 1998. Em 2023 parte do valor foi baixado por prescrição. O valor remanescente de R\$1.135 (R\$11.699 em 2022) passa por análise quanto à sua destinação e por este motivo está mantido em longo prazo pela Companhia.

20. RECEITAS ANTECIPADAS

As receitas antecipadas referem-se aos contratos de Permissão de Uso e Serviço Bancário da Folha de Pagamento da Companhia. O novo contrato é de 60 meses e teve início em dezembro de 2022.

	2023	2022
Passivo circulante	324	324
Passivo não circulante	961	1.285
	1.285	1.609

21. RECURSOS DE TERCEIROS PARA INVESTIMENTOS

O contrato OGU nº 0424396-42/2014 refere-se à transferência de recursos da União para execução de ampliação e adequação no sistema de esgotamento sanitário em diversos bairros de Jundiá (Nota Explicativa nº 11). A liberação dos recursos é feita em conformidade com a execução física e orçamentária e o valor só é apropriado ao resultado da Companhia após aprovação e finalização das obras. O valor acumulado de liberações do contrato em 31 de dezembro de 2023 era de R\$ 8.602 (R\$ 8.526 em 2022).

22. PROVISÃO PARA PROCESSOS JUDICIAIS

A Companhia possui diversos processos judiciais em andamento, de natureza cível e trabalhista, para os quais apresentou defesa administrativa ou judicial.

	Movimentação das provisões		
	Cíveis e administrativas	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	6.536	11.139	17.675
Constituição	5.645	11.828	17.473
Baixas/reversão	(585)	(708)	(1.293)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	11.596	22.259	33.855
	Movimentação dos depósitos judiciais		
	Desapropriações e Outras	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.166	481	2.647
Constituição	-	106	106
Baixas/reversão	-	(9)	(9)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.166	578	2.744

As contingências cíveis são constituídas em sua grande maioria por processos de reparação de danos materiais e restituição de valores à clientes. Existem outras ações judiciais e processos administrativos avaliados pelo nosso departamento jurídico como sendo de risco possível, no montante de R\$ 5.742 (R\$ 4.484 em 2022) para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização, porém sua divulgação.

23. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	2023	2022
Créditos de clientes	3.817	3.459
Precatórios a pagar - processos trabalhistas	264	-
Outros	140	556
	4.221	4.015

24. PARTES RELACIONADAS

Controladora e parte controladora final

A Controladora direta e final da Companhia é a Prefeitura Municipal de Jundiá. Os saldos com partes relacionadas são decorrentes de saldo de folha de pagamento de pessoal da Prefeitura atuando na Companhia conforme Lei Municipal 5.308/99 publicada em função da transformação da autarquia em sociedade anônima.

Passivo	2023	2022
Obrigações folha de pagamento PMJ	4.005	3.553
Custos e Despesas	2023	2022
Custo com pessoal PMJ (nota 27)	10.379	10.093
Despesas com pessoal PMJ (nota 28)	10.899	10.810
	21.278	20.903

A Companhia presta serviços de fornecimento de água, coleta, afastamento e tratamento de esgoto para a sua controladora a Prefeitura Municipal de Jundiá (PMJ) e economias próprias municipais, que compreendem os imóveis de propriedade ou ocupados pela PMJ, por suas autarquias e fundações públicas por ela criadas e mantidas. Conforme Lei Municipal nº 1.637, de 03 de novembro de 1969, e alterações pela Lei Municipal nº 2.062, de 25 de abril de 1974, estes serviços são isentos de tarifa. Os valores destes serviços representam R\$ 18.713 no exercício de 2023 (R\$ 13.724 em 2022). Adicionalmente, a Companhia tem isenção no pagamento de IPTU (Imposto Sobre Propriedade Territorial Urbana) nos imóveis de sua propriedade, que seria devido à sua controladora, por meio da Lei Complementar nº 281/1999. O valor de isenção do imposto foi R\$ 541 (R\$ 518 em 2022).

Remuneração de pessoal-chave da administração

A remuneração máxima aprovada para o exercício de 2023 está em consonância com o Estatuto da Companhia, considerando a remuneração dos membros dos órgãos estatutários, incluindo os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal e do Comitê de Auditoria, conforme segue:

	2023		2022	
	Nº de membros	Remuneração R\$	Nº de membros	Remuneração R\$
Diretoria	12	3.919	12	3.407
Conselho de Administração	8	300	8	287
Conselho Fiscal	3	94	3	99
Comitê de Auditoria	3	267	3	249
	26	4.580	26	4.042

Benefícios pós-emprego

A Companhia não possui benefícios pós-emprego e nem de longo prazo para o pessoal-chave da Administração.

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O Capital Social Autorizado é de R\$ 350.000, dos quais R\$ 283.324 encontram-se subscritos e integralizados, sendo representados por 156.546.658 ações ordinárias e 126.777.267 ações preferenciais nominativas com valor nominal de R\$ 1,00 (um real).

Reservas de lucros

	2023	2022
Reserva legal	10.714	7.396
Reserva de lucro a destinar	118.412	55.376
	129.126	62.772

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva de lucros a destinar

A reserva de lucros a destinar está composta dos lucros de exercícios anteriores deduzidos o prejuízo líquido do exercício e serão destinados posteriormente para aumento de capital social ou distribuição de dividendos, a destinação da reserva de lucros é aprovada pela sua controladora, a Prefeitura Municipal de Jundiá.

26. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2023	2022
Receita operacional bruta	534.191	417.250
Receitas de serviços	534.191	417.250
Deduções	(53.359)	(31.961)
Cancelamentos e abatimentos	(34.633)	(17.250)
Impostos incidentes sobre a receita de serviços	(18.726)	(14.711)
Receita operacional líquida	480.832	385.289

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de Reais)

Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas daquele ativo ou passivo. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 para os instrumentos financeiros do grupo de “Empréstimos e Recebíveis”, que abrangem principalmente contas a receber e partes relacionadas, bem como para o grupo de Passivo a Custo Amortizado que abrange principalmente, fornecedores, outros passivos e partes relacionadas da Companhia, o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo e conforme item 29 do CPC 40 (R1) para estes casos as divulgações de valor justo não são exigidas. Para determinação do valor justo dos empréstimos e financiamentos, a Companhia utilizou taxas de juros para descontar fluxos de caixa estimados, baseadas na taxa do último contrato de empréstimo firmado com a Caixa Econômica Federal, e considera o cálculo como nível 2 de acordo com a hierarquia de valor justo descrita abaixo. O valor justo dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 61.740 (R\$ 61.740 a valor contábil).

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação, conforme CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros - Evidenciação, nº 27A.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;

- **Nível 2:** *inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

	31 de dezembro de 2023			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	-	69.006	-	69.006
Investimentos financeiros	-	128	-	128
	-	69.134	-	69.134

	31 de dezembro de 2022			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	-	13.981	-	13.981
Investimentos financeiros	-	48	-	48
	-	14.029	-	14.029

DIRETORIA

CONTROLADORIA

Benedito Pedro de Almeida Nogueira
Diretor Comercial e Financeiro

Evandro Biancarelli
Diretor Superintendente de Gestão

Walter da Costa e Silva Filho
Diretor Presidente

Luciana Lopes Glozan
Contadora - CRC 1SP260421/O-3

Lidiane Cristina Pupo Santos
Gerente de Controladoria - CRC 1SP243864/O-9

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos doze dias do mês de abril do ano de 2024, às 10:30 horas, na sede da DAE S/A - Água e Esgoto, na cidade de Jundiá, Estado de São Paulo, situada à Avenida Alexandre Lüdke, nº 1500, Vila Bandeirantes, reuniu-se o Conselho Fiscal para examinar a documentação referente às Demonstrações Contábeis da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, consubstanciado no: Relatório da Administração, Parecer dos auditores independentes Russell Bedford GM Auditores Independentes S/S, Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado do Exercício, Demonstração de Resultados Abrangentes, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrativo do Fluxo de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado, Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, bem como da proposta da diretoria para a

destinação do Lucro Líquido do Exercício de R\$ 66.353.261,93 (sessenta e seis milhões, trezentos e cinquenta e três mil, duzentos e sessenta e um reais e noventa e três centavos), da seguinte forma: Constituição da Reserva Legal no valor de R\$ 3.317.663,10 (três milhões, trezentos e dezessete mil, seiscentos e sessenta e três reais e dez centavos), conforme artigo 193 da Lei nº 6.404/76, e o restante, R\$ 63.035.598,83 (sessenta e três milhões, trinta e cinco mil, quinhentos e noventa e oito reais e oitenta e três centavos) em Reserva Especial de Lucros. Após concluir a análise, este Conselho deliberou por unanimidade APROVAR as contas dos administradores e a proposta da destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, bem como os valores neles constantes, para que produzam os feitos a que se destinam. Por ser a

expressão da verdade, firmam o presente PARECER os Conselheiros, os senhores: Felipe Shahin Franco, Luiz Antonio Busanelli e Márcio César Santiago.

- Felipe Shahin Franco**
Conselheiro Fiscal
- Luiz Antonio Busanelli**
Conselheiro Fiscal
- Márcio César Santiago**
Conselheiro Fiscal

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

À Diretoria da DAE S.A. - ÁGUA E ESGOTO Jundiá - SP Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **DAE S.A. - ÁGUA E ESGOTO**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **DAE S.A. - ÁGUA E ESGOTO** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à **DAE S.A. - ÁGUA E ESGOTO**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Reapresentação das Demonstrações Contábeis

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nº 4 e nº 18, os valores correspondentes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentados para fins de comparação nas demonstrações contábeis do exercício corrente, foram retificados em relação às demonstrações contábeis completas, originalmente divulgadas daquele exercício, as quais foram auditadas por nós que emitimos relatório sem modificação de opinião, em 10 de março de 2023, que ora estão sendo reapresentadas e sobre as quais não estamos modificando nossa opinião no relatório inicialmente emitido. As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram alteradas e estão sendo reapresentadas de forma a refletir no passivo não circulante um déficit atuarial referente benefício pós-emprego de assistência médica no montante de R\$ 6.688 mil, na reserva de lucros a destinar no valor de R\$ 6.086 mil e no ativo fiscal diferido o valor de R\$ 602 mil. Por não se tratar de valor relevante e de acordo com a NBC TG 26(R5), não foi demonstrado o saldo inicial do período anterior reapresentado. Os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 (R2) - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Partes Relacionadas

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 24, a Companhia participa de transações com seu acionista controlador, a Prefeitura de Jundiá, em 31 de dezembro de 2023, o montante dos valores pagos pela DAE decorrentes de transações com partes

relacionadas de contratação de Pessoal atingiu o valor de R\$ 21.278 mil (R\$ 20.903 mil em 2022). Chamamos atenção para o fato que parte substancial das operações de fornecimento de água, coleta, afastamento e tratamento de esgoto para a sua controladora a Prefeitura Municipal de Jundiá e economias próprias municipais são serviços isentos de tarifa. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião a demonstração do valor adicionado acima referida foi adequadamente apresentada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de opinião de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis,

tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Barueri, 11 de abril de 2024

RUSSELL BEDFORD GM
Auditores Independentes S/S
2 CRC RS 5.460/0-0 “T” SP
Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/0-3 “T” SP
Sócio Responsável Técnico

Wesley Fernandes Tuaf Garcia
Contador CRC SP 329.869/O-8
Sócio